

Visita às obras do novo Fórum

O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, visitou no final de junho as obras no novo prédio das Varas Trabalhistas de São Luís. Ele estava acompanhado do desembargador Luiz Cosmo da Silva Júnior e do juiz Saulo Tarcísio de Carvalho



Fontes, integrantes da Comissão de Fiscalização da Obra de Construção do "Fórum Astolfo Serra"; do diretor-geral Domingos Carlos dos Santos Neto e do secretário-geral Júlio César Guimarães. As obras começaram em maio deste ano. O imóvel terá capacidade para abrigar 12 varas trabalhistas. Atualmente, São Luís conta com seis VT's, mas já está em tramitação projeto de lei que prevê a criação de novas varas. O projeto se encontra no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Estágio curricular para universitários

O TRT-MA instituiu estágio curricular para alunos de graduação superior. O estágio, instituído pelo Ato do Gabinete da Presidência N° 004/07, é destinado aos estudantes das instituições de ensino que têm convênio com o TRT e somente se realizará por indicação documental das conveniadas. O estágio curricular não dá direito à bolsa estágio, que é oferecida pelo Tribunal para estágio extracurricular. Para o estágio foram oferecidas vagas para os cursos de Administração, Direito, Biblioteconomia, Comunicação social, Ciências Contábeis, Engenharia Civil e Computação.

Jogos Pan-Americanos

Marcone Reis Freire, atleta maranhense de ciclismo e servidor do TRT, lotado na 3ª Vara do Trabalho de São Luís, largou, de bicicleta, no dia 20 junho, rumo aos XV Jogos Pan-americanos, no Rio de Janeiro, de 13 a 29 de julho deste ano.

Junto com mais cinco ciclistas, o atleta percorreu uma rota de 3.200km. Além de assistir às provas do Pan, o objetivo da equipe é participar de treinamentos para avaliação de estágio durante uma semana, divulgar o ciclismo maranhense, conhecer a qualidade dos ciclistas estrangeiros e repassar aos atletas do Estado a experiência obtida durante o evento.

Universitários visitam biblioteca e Cemoc

No início deste mês, alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) visitaram a Biblioteca João Freire Medeiros e o Centro de Memória e Cultura da Justiça do Trabalho da 16ª Região (CEMOC), na sede do TRT-MA. O objetivo

foi cumprir requisitos estabelecidos pela disciplina Fontes de Informação, com coleta de informações relativas a unidades de fontes jurídicas. No Centro de Memória, os estudantes tiveram acesso a obras de cunho histórico (processos das décadas de 30 e 40, medalhas, jornais, livros, revistas, boletins e panfletos), dentre outras peças museológicas.



Novos diretores do TRT



O presidente do TRT-MA, desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho, empossou, no dia 25 de junho, o secretário-geral da Presidência e o diretor-geral, Júlio César Guimarães e Domingos Carlos dos Santos Neto, respectivamente. No dia seguinte, foi empossado o novo diretor da Secretaria de Coordenação Administrativa e Capacitação, Manoel Miranda Júnior.

Comissão Permanente de Conciliação

A Comissão Permanente de Conciliação da Justiça do Trabalho do Maranhão, criada em junho deste ano, está desenvolvendo projetos que visem multiplicar ações que fomentem a conciliação no âmbito deste Regional.



Na primeira reunião, no início deste mês, foi apresentado o projeto para desenvolvimento do "Laboratório Permanente de Técnicas de Conciliação Trabalhista", programado para o dia 24 de agosto deste ano, no auditório Juiz Ari Rocha, sede do TRT-MA. A Comissão é presidida pela corregedora do TRT, desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva, e composta pelos juízes James Magno Araújo Farias (diretor do Fórum Astolfo Serra e titular da 1ª VT de São Luís), Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota (titular da 3ª VT), Manoel Lopes Veloso Sobrinho (titular da VT de Presidente Dutra) e Érico Renato Serra Cordeiro (titular da VT de Imperatriz).

JUSTIÇA EM NÚMEROS

A 4ª Vara do Trabalho de São Luís, no primeiro semestre de 2007, recebeu 1.016 processos. Em contrapartida, cumpriu 87 Cartas Precatórias; redistribuiu 17 processos e arquivou 1366, ora por extinção do feito com ou sem julgamento do mérito, ora por cumprimento da execução ou acordo. Saíram 454 processos a mais do que o número de ações rece-

bidas no período. As mudanças no trâmite processual da Vara Trabalhista contribuíram para o aumento da solução dos conflitos, adotadas a partir da Portaria 001/2006, por intermédio da qual, os magistrados delegaram aos servidores a prática de certos atos meramente ordinatórios, sem valor decisório.

EXPEDIENTE

Boletim Intitucional do TRT da 16ª Região - Maranhão ANO XIV nº 63 - Julho/2007

Av. Senador Vitorino Freire, 2001 - Areinha - CEP 65010-650 - São Luís - MA
Telefones: (098) 3218-9307 / 3218-9443

E-mail: ascom@trt16.gov.br

Presidente
Desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho

Vice-Presidente
Desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva

Diretor-Geral
Domingos Carlos dos Santos Neto

Secretário Geral
Júlio César Guimarães

Coordenação
Edvânia Kátia

Edição
Valquíria Santana

Redação
Edvânia Kátia
Wanda Cunha
Suely Cavalcante
Valquíria Santana

Estagiária de Jornalismo
Gabriela Saraiva

Fotos: Romeu Ribeiro

Diagramação: Rom Freire

Revisão: Wanda Cunha

Fotolito e Impressão
Estação Gráfica - Tel/Fax.: (98) 3236-9177

PARÁGRAFO ÚNICO

ANO XIV - Nº 63 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 16ª REGIÃO



Novos dirigentes tomam posse no TRT

No dia 22 de junho tomaram posse os desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho (Presidente) e Márcia Andrea Farias (Vice-Presidente e Corregedora). Os novos dirigentes assumiram o compromisso de fazer da Justiça do Trabalho no Maranhão um modelo de excelência. No mesmo dia aconteceu a solenidade de entrega da Comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho.

Páginas 4 e 5

QUESTÃO DE JUSTIÇA

O direito de reclamar deve prevalecer em caso de exceção de incompetência

Tribunal Pleno do TRT-MA entende que as Varas Trabalhistas do Maranhão podem receber ações, mesmo que a relação de trabalho tenha ocorrido em outro Estado. O princípio a ser respeitado é o acesso à Justiça.

Página 3



Mudam as pessoas, ficam as organizações

Sempre que se inicia uma nova administração, depositamos esforços para que os próximos dois anos sejam para consolidar as vitórias alcançadas e comemorar pelas novas conquistas que virão. Mudam as pessoas, mas a instituição deve permanecer firme nos seus propósitos para que consiga dar passos largos no rumo desejado. É claro que cada gestor, a partir das suas próprias experiências, deixa as suas marcas por meio da concepção de vida que tem, e são importantes. Não menos importantes são as contribuições que o empenho e dedicação de todos que fazem a instituição crescer todos os dias, cada um dando a sua parcela de contribuição.

Estamos diante de um novo cenário. Uma nova gestão assume a direção do TRT-MA. O desembargador Gerson de Oliveira Costa Filho e a desembargadora Márcia Andrea Farias da Silva assumem a presidência e a vice-presidência do Tribunal, respectivamente, num momento em que o cenário interno é de harmonia e crença no futuro. As lições deixadas pela ex-presidente, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, que contou com o apoio do atual, então vice-presidente e corregedor, apontam para a união de todos em torno de um objetivo comum, que é fortalecer a nossa instituição. A adoção do planejamento estratégico é um norte para chegarmos lá.

Metas a serem alcançadas não faltam. Precisamos melhorar ainda mais os nossos indicadores e traçar metas a serem almejadas por todos; e fortalecer os projetos de Responsabilidade Social, Memória, Qualidade de Vida, Varas Itinerantes. Mas podemos ir além. As ações na área da Memória são uma semente que precisa ser regada. Idem se pode dizer do Planejamento Estratégico, das iniciativas na área de Responsabilidade Social e qualidade de vida. A comunicação pode ser potencializada, para que toda a organização saiba falar em nome da organização.

Por certo os novos gestores têm contribuições significativas nesse processo de fortalecimento do nosso Tribunal. Sinalizam com firmeza para a atuação na efetividade da prestação jurisdicional. Ações voltadas para a área fim, a exemplo do projeto das Varas Itinerantes ou criação de Varas Específicas começam a ser desenhadas. Os investimentos em tecnologia darão sustentação à desburocratização e à modernização da Justiça e a inauguração do novo fórum trabalhista da capital garantirão mais conforto aos usuários da JT-MA.

De tudo, o mais importante é lembrarmos que, tanto o que já foi feito como o que está por vir, e ganhará eco com a contribuição de cada um de nós que fizemos, fazemos e faremos a história da Justiça do Trabalho no Maranhão. Em nome dos magistrados e servidores do TRT do Maranhão, o Serviço de Comunicação felicita a ex-presidente Kátia Magalhães Arruda pelo empenho e dedicação com que conduziu o TRT nos últimos dois anos e deseja ao atual presidente Gerson de Oliveira Costa Filho e a vice-presidente Márcia Andréa Farias sucesso na jornada que se inicia.

PERFIL

SAI A APOSENTADORIA, MAS FICA A SAUDADE

Por Wanda Cunha

Aracy Alencar Rafael foi nomeada para o cargo de oficiala de justiça em 1980, em concurso público promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, de cuja jurisdição fazia parte o Estado do Maranhão. Cearense de Crato, Aracy foi lotada na então 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São Luís. Quando foi instalado o TRT da 16ª Região, em junho de 1989, a servidora teve a oportunidade de optar pelo seu retorno à terra natal, mas o amor pela terra gonçalvina fê-la permanecer na 16ª Região. Em agosto do mesmo ano, foi lotada na Secretaria Judiciária do TRT-MA, de onde só saiu, em razão da aposentadoria compulsória, no dia 7 de julho deste ano.

“Se a aposentadoria compulsória tivesse passado para 75 anos, eu só sairia do Tribunal daqui a cinco anos. Acho que ainda posso contribuir muito mais”, diz. Horas a fio de dedicação e mandados cumpridos. Lembra que, antigamente, seu transporte era o ônibus; as máquinas eram manuais e os mandados eram cumpridos com dificuldade, inclusive em áreas de ocupação. Saía a quaisquer horas, inclusive à noite, para cumprimento das medidas urgentes como mandado de segurança. Ainda assim, nunca voltou com um mandado por cumprir, porque sabia ouvir as pessoas e ser paciente.

“Sempre gostei de trabalhar na Secretaria Judiciária, porque lá é a espinha dorsal do Tribunal, onde se cumpre tudo que o Tribunal determina”, declara. No apagar das luzes de sua trajetória no serviço público, Aracy divide suas atividades de oficiala com o gerenciamento do atendimento ao público e as juntadas de petições de AR (Aviso de Recebimento). Os colegas do TRT elogiam o desempenho de Aracy ao longo dos anos e demonstram a saudade que ela deixou com a sua aposentadoria.



CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS para melhorar a Justiça

Universitários e profissionais das áreas humanas e sociais aceitaram o desafio proposto pelo TRT-MA. Ao se inscreverem no II Concurso de Monografia da Justiça do Trabalho do Maranhão, eles analisaram a função social da organização e apresentaram, por meio de estudos científicos, contribuições sobre o tema “Poder Judiciário e Responsabilidade Social”.

Realizado sob a coordenação do Serviço de Comunicação, o concurso é mais uma das iniciativas do TRT em busca de uma maior aproximação com a sociedade. A premiação dos vencedores ocorreu no último dia 22 de junho. Foram premiados o primeiro, segundo e terceiro colocados, com R\$ 4 mil, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil, respectivamente. Os seis melhores trabalhos poderão ser publicados na revista do TRT.

O concurso homenageou o juiz e ex-presidente do Tribunal, Manuel Alfredo Martins e Rocha (in memoriam). A comissão julgadora foi presidida pela juíza titular da Vara do Trabalho de Estreito, Maria da Conceição Meirelles Mendes. Além de responsabilidade social, o concurso trouxe também o tema “A História da Justiça do Trabalho no Maranhão”.

Os vencedores foram Heider Silva Santos, bacharel em Direito pela UFMA (1º lugar); Ângela de Cássia Costa, acadêmica de Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão (2º); Marlete Ferreira Martins, estudante de Direito do Uniceuma (3º); Carina Ticiane Sousa Leite, estudante de Direito da Faculdade São Luís (4º); Francisca Keyle de Freitas Vale Monteiro e Paulo André do Nascimento Monteiro, estudantes do Instituto Superior de Teologia Aplicada (empatados em 5º).

A primeira edição do concurso aconteceu em 2000. Em homenagem ao Juiz Warwick Campos Trinta (in memoriam), trouxe os temas “Direito do Trabalho e sua relação com o meio ambiente”, “Justiça do Trabalho: perspectivas, propostas e desafios” e “O trabalho infanto-juvenil no Brasil.

VT de Timon ganha sede própria

A Justiça do Trabalho no Maranhão inaugurou, no último dia 20 de junho, a sede própria da Vara Trabalhista de Timon, localizada na avenida Jaime Rios, s/n, Centro. A solenidade contou com a presença da então presidente do TRT-MA, desembargadora Kátia Magalhães Arruda; do juiz titular da VT, Francisco José de Carvalho Neto; da prefeita de Timon, Socorro Waquim; de magistrados; membros do Ministério Público Estadual; além de vereadores, procuradores do município, advogados, servidores da Justiça do Trabalho e outras autoridades locais.

A nova sede, que ganhou o nome da juíza do Trabalho Maria Luiza Pinto Lima (já falecida), foi construída com recursos próprios do TRT-MA, em terreno com 862m² de área, doado pela Prefeitura de Timon. Os filhos da homenageada participaram da solenidade. Agradecendo pela homenagem, Gabrielli Marina Mesquita de Lima, filha da juíza, disse que se sentia

honrada em poder presenciar o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela mãe que, para ela, era uma magistrada justa e coerente nas suas decisões e atitudes.

Durante a inauguração, a desembargadora Kátia Arruda, disse que as



novas instalações proporcionam melhores condições de trabalho aos magistrados e servidores da Vara Trabalhista, o que tem reflexos positivos na prestação de serviços, assim como maior comodidade e bem-estar aos usuários. A ma-

gistrada destacou, ainda, a homenagem prestada à juíza Maria Luiza Pinto Lima, por ter sido uma juíza competente, sensível, justa, que exercia com dignidade a magistratura.

Falando em nome da Associação dos Magistrados do Trabalho da 16ª Região, a juíza Maria do Socorro Almeida destacou a importância da Justiça Trabalhista para a sociedade que, segundo ela, tem como finalidade precípua tornar concreta a distribuição de justiça social, dando a sua contribuição para a construção de um mundo mais humano, justo e pacífico. Ela também destacou a justa homenagem feita à magistrada Maria Luiza Pinto Lima.

O titular da Vara de Timon, juiz Francisco José de Carvalho Neto, disse que o Tribunal, ao inaugurar a nova sede da VT, estava apresentando à sociedade e aos jurisdicionados a concretização de um projeto.



JUSTIÇA DO TRABALHO CIDADANIA AO ALCANCE DE TODOS

É garantia do trabalhador urbano ou rural a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. É assegurado ainda adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.



Trechos do discurso de posse do Desembargador GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO Presidente do TRT-MA

Minhas primeiras palavras são de agradecimento aos meus pares, pela confiança que demonstraram ao sufragarem o nosso nome, o da Dra. Márcia Andrea, para vice e meu nome para presidente desta Corte.

Confiança essa consciente de que se trata de um desafio para nós, que hoje assumimos a direção da Justiça do Trabalho em nosso Estado.

Não apenas porque se trata de uma Justiça que só tem crescido e se solidificado ao longo de seus 66 anos, iniciada pelo trabalho solitário dos primeiros Juízes César Chaves Pires, Warwick Campos Trinta, João Inácio de Souza e João Freire de Meireiros.

Não apenas porque venha cumprindo sua função de prestar a jurisdição aos que a ele recorrem, ou porque tenha se empenhado, através de seus dirigentes, de seus magistrados e serventuários, para dar celeridade e efetividade à prestação jurisdicional.

Nem mesmo porque tenha enfrentado, cada vez mais, os audaciosos que promovem o trabalho escravo ou a exploração do trabalho infantil, ou, ainda, por sua atuação social, com a realização de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das comunidades à qual está integrada.

Tudo isso faz parte do nosso trabalho.

Meu ingresso na magistratura foi o corolário de minha dedicação ao serviço público durante mais de um lustro, onde procurei conduzir-me com denodo, transparência, ética, vivenciando na prática os princípios constitucionais da administração pública, consagrados no art. 37 de nossa Carta Magna. Experiência essa testada e atestada pelo rigoroso processo de investigação e análise da vida pessoal e pública para sua aceitação.

E aqui registro um agradecimento especial à Dra. Kátia Magalhães Arruda, que, como Presidente, emprestou à Corregedoria todo o apoio possível para que pudéssemos desenvolver o nosso trabalho, bem como a todos os servidores que, direta ou indiretamente, colaboraram com as atividades da Corregedoria, com seu trabalho e sua dedicação.

Trabalho esse que procuramos desenvolver não como um feitor, mas com o espírito voltado para colaborar com os magistrados do primeiro grau em suas dificuldades.

Não fizemos da Corregedoria um meio de intimidação, repressão ou perseguição punitiva, mas um instrumento conciliador, pedagógico, de auxílio aos magistrados, sem, contudo, deixar sem providência ou resposta todas as reclamações apresentadas pelas partes ou seus advogados.

Minhas palavras, agora, são de certeza e esperança.

Certeza de que contaremos com a colaboração de nossos pares, magistrados e servidores, para que possamos, no próximo biênio, incrementar dois objetivos principais: maior celeridade aos processos; maior efetividade à prestação jurisdicional.

Não descuidaremos dos servidores, elo e sustentação entre os pontos extremos do longo percurso entre a inicial e a decisão final.

Para isso, a Presidência e a Corregedoria procurarão dar cada vez melhores condições a todos os órgãos da Justiça do Trabalho, permanente valorização aos servidores, inclusive propiciando e estimulando a participação em cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional, para que a Justiça do Trabalho cumpra o seu papel.



Não existem motivos incontornáveis para debrar-se a morosidade da prestação jurisdicional. A conquista de mecanismos atualmente disponíveis, como a penhora on-line, e os convênios com a Jucema, Detran, Receita Federal, é garantidora da entrega da prestação jurisdicional mais célere.

A Justiça do Trabalho ainda padece de falhas que vicejam no serviço público, mas temos condições – e estamos preparados e dispostos para isso – de alcançar o patamar de pós-modernidade já desfrutado no setor privado.

Há muitos espaços para mais procedimentos de aceleração processual, inclusive com a utilização de recursos tecnológicos.

Portanto, há de ser nossa prioridade a entrega de efetiva prestação jurisdicional e, conseqüentemente, pela confiança que tais resultados trazem, maior aproximação do Poder Judiciário com a comunidade.

Minhas palavras de esperança voltam-se para os advogados, minha classe de origem, para lhes dizer que estou fazendo a minha parte do compromisso assumido quando disputei a indicação da Ordem: não esquecer nem deixar que fossem preteridas as prerrogativas dos advogados.

Isso, portanto, além do dever, me dá o direito de esperar da Ordem que fiscalize e discipline aqueles que são indignos da inserção constitucional que os alçou à condição de essenciais à administração da Justiça.

Que a Ordem não seja cúmplice desses advogados, quer pela omissão, quer pelo descaso que leva inúmeros casos denunciados à prescrição.

São também, de esperança, minhas palavras para os profissionais da mídia. Os veículos de comunicação de massa – jornal, revista, rádio, televisão e internet – podem e devem prestar valiosa contribuição à Justiça do Trabalho. E têm prestado. A mídia que contribui é aquela que é responsável, que dá oportunidade a todos os interessados para que se manifestem; aquela que não manipula as informações, não censura, nem mutila o direito de resposta.

A mídia que trata os fatos com honestidade e transparência corresponde ao ideal constitucional que garante ao cidadão o direito à informação, nele implícita a correção dessa informação.

Tal mídia, por mais crítica e dura que seja, é aliada dos interesses da sociedade e das autoridades públicas que, como nós, neste Tribunal, queremos cumprir nossas obrigações da forma mais correta e transparente.

Contamos, sim, com a atuação crítica da mídia para que possamos corrigir eventuais erros e equívocos. Mas seremos, também, intransigentes na defesa da honra e da dignidade da Justiça do Trabalho e deste Tribunal.

Concluimos agradecendo primeiro a Deus, pelo que me tem concedido na vida, e à minha família que é parte dessa dívida. A todos, portanto, meus familiares, meus pares, magistrados, membros do Ministério Público e servidores da Justiça do Trabalho, advogados, jornalistas, representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, senhores e senhoras que aqui se encontram, nosso compromisso e a certeza de que tudo faremos para que a Justiça do Trabalho no Maranhão faça aquilo que cada um de nós espera da verdadeira Justiça.

TRT-MA inova ao julgar exceção de incompetência em razão do local

Tribunal Pleno considera legal ajuizamento de ação na Vara de Pinheiro, embora relação de trabalho tenha ocorrido no Pará. O relator foi o desembargador Alcebiades Dantas

Por Suely Cavalcante

Uma decisão da Justiça do Trabalho no Maranhão cria nova jurisprudência quando o assunto é exceção de incompetência em razão do lugar. O desembargador do TRT-MA, Alcebiades Tavares Dantas, inovou e foi acompanhado pelo Pleno ao elaborar voto pela manutenção de sentença do juiz Paulo Sérgio Mont'Alverne Frota, na época titular da Vara do Trabalho de Pinheiro. No processo, a reclamada questionava a exceção de incompetência em virtude de a decisão ser oriunda da Vara do Trabalho de Pinheiro (MA) e a prestação de serviço ter sido realizada na cidade de Curionópolis (PA), o que levaria a apreciação da ação para a Vara do Trabalho de Parauapebas (PA).

No voto referente ao Recurso Ordinário nº 560/2001, ele defendeu uma interpretação atualizada do § 3º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e integrada aos preceitos normativos dos artigos da Constituição Federal (CF), que garantem ao cidadão o pleno exercício da cidadania, dignidade e o princípio da inafastabilidade do Judiciário para manter a sentença.

Segundo o desembargador, embora o artigo 651 da CLT estabele-

ça que a competência para apreciação da reclamação dar-se-á pelo local de prestação de serviço, tal regra comporta exceções, possibilitando o ajuizamento no local da contratação, de acordo com o § 3º do art. 651 da lei supramencionada. O magistrado en-



Se o processo fosse enviado ao Estado do Pará, os recorridos não teriam condições financeiras de comparecer à audiência, o que levaria ao arquivamento do processo, impossibilitando o acesso ao Judiciário, que é uma garantia constitucional.

Alcebiades Tavares Dantas
Desembargador federal do TRT do Maranhão

tende que o art. 651 e seus parágrafos devem ser interpretados de acordo com os novos conteúdos históricos, sociais e políticos vigentes, sem lhes modificar a estrutura extrínseca for-

mal, os quais não foram pensados pelo legislador quando da redação da norma, em 1943. Ele explicou que é o que no Direito Constitucional chama-se de mutação constitucional.

Ao analisar o processo, o desembargador Alcebiades Dantas constatou que os recorridos não tinham condição financeira de se deslocarem para o local onde prestavam serviço para a reclamada, o que era agravado pelo fato de eles se encontrarem doentes. “Neste contexto é de se interpretar o art. 651 da CLT excepcionalmente, de forma sistemática e integrada aos preceitos normativos dos artigos 1º, II e III e 5º, XXXV da CF, e reconhecer a competência da Vara do Trabalho do local onde se encontram os recorridos, no caso a Vara do Trabalho de Pinheiro, onde os mesmos podem ter acesso à Justiça do Trabalho de forma digna e exercer assim sua cidadania de forma plena. Se o processo fosse enviado ao Estado do Pará, os recorridos não teriam condições financeiras de comparecer à audiência, o que levaria ao arquivamento do processo, impossibilitando o acesso ao Judiciário, que é uma garantia constitucional”, concluiu.



Sua voz constrói a Justiça

Ligue 0800 282 2323

Fone/fax (98) 3218-9494

Formulário eletrônico no site www.trt16.gov.br

e-mail: ouvidoria@trt16.gov.br

Correspondência: Av. Senador Vitorino Freire, 2001, 5º andar, Areinha

CEP: 65010-650 - São Luís-MA

Grã-Cruz

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- Rider Nogueira de Brito (presidente)
- João Oreste Dalazen (corregedor)
- Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Grande Oficial

- Presidente do TRT-PI, desembargador Arnaldo Boson Paes, ex-juiz do TRT-MA
- Deputado federal maranhense Gastão Vieira
- Deputada federal maranhense Nice Lobão

Comendador

- Desembargador Cleones Carvalho Cunha (TJ-MA)
- Desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos (TJ-MA)
- Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira (TJ-MA)
- Desembargador Herbert Tadeu Pereira de Matos (TRT-PA)
- Desembargadora Maria das Graças Cabral Viégas (TRT-RJ)
- Presidente da Associação do Ministério Público do Maranhão, promotor de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho
- Secretária Municipal de Fazenda de São Luís, Maria Sueli Bedê Freire
- Secretário Municipal de Educação de São Luís, Moacir Mendes Feitosa
- Vice-reitor de Planejamento do Uniceuma, professor Carlos Augusto Ancilon Cavalcante

Oficial

- Juiz Titular da 2ª Vara do Trabalho de São Luís, Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes
- Juíza Substituta do TRT-CE e ex-servidora do TRT-MA, Maria Rosa de Araújo Mestres
- Juiz Federal e ex-diretor do Fórum da Seção Judiciária do Maranhão, Roberto Carvalho Veloso
- Empresário maranhense Ilson Mateus Rodrigues
- Advogado José Maria Lusquinhos dos Santos (OAB-PA)
- Coordenadora do Projeto de Erradicação do Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Patrícia Audi

Cavaleiro

Servidores do TRT-MA:

- Antônio Manoel Costa Silva (Gabinete do Desembargador Luiz Cosmo)
- Maurília de Melo Lopes (Gabinete do Vice-presidente)
- Jucineide Moreira Jacinto (Secretaria Administrativa)

Empossados NOVOS DIRIGENTES do TRT-MA para o BIÊNIO 2007/2009

Por Edvânia Kátia

Os desembargadores Gerson de Oliveira Costa Filho e Márcia Andrea Farias da Silva foram empossados nos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), respectivamente. A solenidade de posse ocorreu no último dia 22 de junho, às 18h30, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno, no bairro Areinha.

A programação relativa à posse teve início no dia anterior (21), com a celebração de culto às 08h30, no auditório Juiz Ari Rocha, organizado pela Igreja Presbiteriana do Renascimento. A pregação foi feita pelo Reverendo Ilmar de Oliveira Almeida. A presidente da Sociedade Auxiliadora Feminina da Igreja, Eumarisa dos Santos, ao final do culto, presentou os novos dirigentes com a Bíblia Sagrada. Também como parte da programação, no dia 22, o padre Cláudio Correa celebrou, às 08h30, no auditório Ari Rocha, missa em ação de graças.

Participaram das solenidades magistrados, advogados, servidores da Justiça do Trabalho, representantes do Ministério Público e demais autoridades convidadas, além de familiares e convidados dos empossados.

Ao tomar posse, o novo presidente disse estar certo de que contará com a colaboração de magistrados e ser-

vidores para incrementar os dois principais focos de sua administração: maior celeridade aos processos e maior efetividade à prestação jurisdicional. O magistrado afirmou ainda que o grande desafio da Justiça do Trabalho no Maranhão é atender com presteza à demanda crescente em todas as áreas, superando as dificuldades e até a omissão de outros agentes indispensáveis à prestação jurisdicional.

Durante a solenidade, a ex-presidente do Tribunal, desembargadora Kátia Magalhães Arruda, fez um balanço de sua administração no biênio 2005/2007 e destacou que se esforçou para fazer do TRT do Maranhão um dos melhores do país.



Celebração do culto iniciou a programação relativa à posse



Padre Cláudio Correa celebra missa no auditório do TRT



Des. Kátia Arruda transmite o cargo ao desembargador Gerson de Oliveira



Novo presidente dá posse à vice-presidente Márcia Andrea Farias

Perfil

Gerson de Oliveira Costa Filho foi vice-presidente e corregedor do TRT no biênio 2005/2007. Foi procurador do Estado do Maranhão, procurador geral do Município de São Luís e advogado militante na Justiça do Trabalho. Tomou posse no TRT-MA em 2001. Atualmente também preside a Comissão Permanente do Projeto Memória da Justiça do Trabalho no Maranhão. É mestre na área de Concentração em Direito Público e ex-professor universitário da disciplina Processo Civil.

Márcia Andrea Farias da Silva foi procuradora do Trabalho da 16ª Região e tomou posse no TRT-MA em 2003. Como membro do Ministério Público do Trabalho, foi coordenadora de Defesa dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos. Também foi integrante da Coordenadoria Nacional para a Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação de Discriminação, da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e do Núcleo de "Trabalho Portuário".

JT-MA homenageia personalidades

Por Valquíria Santana

Personalidades que contribuíram com o Direito do Trabalho e com o desenvolvimento de ações na área do trabalho, como a geração de emprego e renda, inclusão social e defesa da cidadania, foram homenageadas pelo TRT-

MA. A Comenda da Ordem Timbira do Mérito Judiciário do Trabalho foi entregue a magistrados, parlamentares, secretários municipais, empresário, professor, representante do Ministério Público e servidores do Tribunal, em cerimônia realizada, no

auditório Juiz Ari Rocha, no dia 22 de junho, antes da solenidade de posse dos novos dirigentes do órgão.

Instituída pela Resolução Administrativa nº 042, de 14 de março de 1990, a Comenda é entregue a cada dois anos por ocasião da posse do presidente e vice-presidente do TRT-MA. Os homenageados são indicados pelo Conselho da Ordem, que é composto pelos desembargadores do Tribunal. A secretária da Ordem é a servidora Jandilma Tezera Ferreira.



Desembargadores Cleones Cunha (TJ-MA) e Márcia Andrea Farias (TRT-MA)



Desembargadores Paulo Velten (TJ-MA) e José Evandro de Souza (TRT-MA)



Juiz Roberto Veloso e o Des. Gerson de Oliveira



Juiz Saulo Tarcísio e o Des. Luiz Cosmo Júnior



Juíza Rosa Mestres e a Des. Kátia Arruda



Desembargadores Maria das Graças Cabral Viégas (TRT-RJ) e Américo Bedê Freire (TRT-MA)



Prof. Carlos Ancilon e o Des. Alcebiades Tavares Dantas



Moacir Feitosa e a Des. Ilka Esdra



Servidor Antônio Manoel e o Des. Luiz Cosmo Júnior



Servidora Jucineide Moreira e o Des. Alcebiades Dantas



Servidora Maurília Lopes e o Des. José Evandro de Souza



Ilson Mateus e a Des. Ilka Esdra



Desembargadores Herbert Tadeu Pereira (TRT-PA) e Américo Bedê Freire (TRT-MA)



Patrícia Audi e a Des. Márcia Andrea Farias



Desembargadores Arnaldo Boson (TRT-PI) e Luiz Cosmo (TRT-MA)



Deputado Gastão Vieira e a Des. Márcia Andrea Farias



Deputada Nice Lobão e a Des. Ilka Esdra



Sueli Bedê e o Des. José Evandro de Souza



Luiz Gonzaga Coelho e o Des. Gerson de Oliveira